



Processo nº (c): 21.870/10

Interessado: Secretaria de Estado de Educação

Assunto : Auditoria de Regularidade

Ementa: Auditoria de Regularidade. Apreciação da regularidade do pagamento de parcelas remuneratórias do pessoal ativo da Secretaria de Educação, bem como dos reflexos da mudança de classe promovida por diversas leis¹ e da regularidade dos pagamentos aos servidores inativos e pensionistas, na forma do item I da Decisão nº 77/07, adotada no Processo nº 24.185/07.

Decisão nº 3.628/11: conhecimento do Relatório de Auditoria e determinações à SE.

Ausência de manifestação. Reiteração da diligência (Decisão nº 334/13).

Análise.

Unidade Técnica manifesta-se pelo cumprimento das deliberações Plenárias, exceto quanto aos itens que especifica, sugerindo que o cumprimento das questões pendentes seja objeto de verificação em futura auditoria.

Ministério Público põe-se de acordo.

Voto convergente.

RELATÓRIO

Trata-se de Auditoria de Regularidade que teve por objeto analisar o processamento da folha de pagamento dos servidores ativos, a regularidade, com ressalva, dos pagamentos empreendidos na forma da Decisão nº 77/07 aos inativos e pensionistas lotados na Secretaria de Educação, bem como os reflexos da mudança de classe praticada pelos arts. 15 da Lei nº 4.075/07, 11 da 3.318/04 e 3º da Lei nº 2.942/02.

Registra a Unidade Técnica que os resultados dos trabalhos encontram-se consubstanciados no Relatório visto às fls. 99/139, que repercutiu na

¹ Arts. 15 da Lei nº 4.075/07, 11 da Lei nº 3.318/04 e 3º da Lei nº 2.942/02.



Decisão nº 3.628/11, reiterada pela Decisão nº 334/13.

O cumprimento das determinações Plenárias foi avaliado pela Unidade Técnica nos seguintes termos:

3. Na condução dos procedimentos, a SE apresentou as justificativas pelo atraso, enumerando as providências para o saneamento das irregularidades apontadas, conforme se verifica pelo teor do Ofício nº 1150/2013-GAB/SE (fl. 193) e dos respectivos despachos exarados pelos setores responsáveis pela apuração das situações abrangidas (fls. 194/202). Os documentos de fls. 203/287 atestam, portanto, o cumprimento das providências objeto do item VII da Decisão nº 3.628/2011, pela jurisdicionada, que informou restar pendências em relação às questões consignadas nas alíneas “a”, “n”, “q”, “r” e “s”.

4. Procedendo a uma análise mais detalhada dessas pendências, registre-se anotação da jurisdicionada (fl. 195) referente ao item **VII “a”**, voltado ao Proc. 4705/92 - aposentadoria e revisão de proventos de Roberto José da Rocha - sobre o encaminhamento do feito à Gerência de Evolução Funcional para cumprimento da Decisão nº 326/10 e posterior ajuste quanto ao determinado na Decisão nº 327/10. Contudo, no acesso aos dados disponíveis no SIGRH e no DODF, restou confirmado o desligamento do servidor nas matrículas nºs 1.405.872-3 e 84.923-5, a partir de 12.05.2011, por motivo de falecimento. Ao benefício pensional habilitou-se Márcia de Sousa Rocha, separada judicialmente com percepção de pensão alimentícia (fls. 288 e 306/309). Em consulta atualizada ao SICOP verificou-se que o Processo GDF nº 080.004400/2011, objeto da pensão, encontra-se na Secretaria de Transparência e Controle (fl. 308).

5. Em relação ao item **VII “n”**, voltado ao Proc. 3159/97 sobre pensão de interesse de Heloísa Lins Martins, o órgão informou à fl. 200 que a providência contida no item III.b da Decisão nº 4553/2008 ainda não foi cumprida, no aguardo dos informes sobre o valor da função incorporada pelo instituidor, pelo exercício de emprego em comissão junto à TERRACAP (fl. 200).

6. No que diz respeito à determinação do item **VII “q”**, direcionada ao Proc. 16195/08, de interesse de Francilina Costa de Sousa, a jurisdicionada informou sobre o encaminhamento dos autos à Gerência de Evolução Funcional – GEEF, para aferição do direito da servidora à percepção de 5% da vantagem Gratificação de Titulação concedida com base no “certificado de treinamento de merendeira”, percentual que ainda persiste nos proventos da servidora (fl. 304).

7. Cumpre esclarecer que, em atendimento ao disposto no item **VII “s”**, a SE efetuou o levantamento de servidores detentores de carga horária de 30 h, cuja base de cálculo das gratificações GAZR e GAEE estava sendo efetuada sobre o vencimento básico inicial de Professor de Educação Básica na jornada de 40 horas semanais. Apurou-se um total de 4 servidores ativos e 144 aposentados nessas condições, encaminhando-se as

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADOFls.: 325
Proc.:21.870/10

Rubrica

nominadas listagens (fls. 201, 276/280) à análise e aos ajustes que se fizerem necessários pelo setor competente da SE (GPAP).

8. No tocante às situações regularizadas, nas quais se incluem as medidas objeto da alínea “r” (item VII), optou-se por uma apresentação didática, sob a forma de quadro-resumo, com ênfase nas informações prestadas e nas providências adotadas pela SEDF em atendimento à Decisão nº 3.628/2011 (item VII), na forma a seguir descrita:

Item VII, “b” – Benedito Afonso de Freitas Falcão - Proc.11.720/06-aposentadoria.	Cumprido: a jurisdicionada enviou os documentos de fls. 203/209 que trazem informações sobre o andamento da Ação 2009.01.1.035632-2, impetrada pelo interessado em que consta decisão favorável ao DF, seguida de apelação também desfavorável ao servidor. Todavia, ainda pendente o trânsito em julgado. Frisa-se que o acompanhamento da ação vem sendo realizado pelo Tribunal, também no Processo de concessão (11.720/06) dispensando, no presente processo, novas considerações sobre o tema.
Item VII “c” – Maria Rosa de Souza - Proc. 32.728/06 – pensão (apenso 790/98 - aposentadoria).	Cumprido: em atendimento a SE informa a remessa ao Tribunal do processo de pensão (fls. 210/211), junto ao qual se encontrava apensado o de aposentadoria de ex-servidor, tratando da revisão de proventos com base no art. 190 da Lei 8.112/90. Com efeito, consulta feita ao e-TCDF comprova que tanto a retificação do ato de pensão quanto o de revisão de proventos do instituidor foram já submetidos à apreciação desta Corte de Contas, conforme Decisões nºs 4551/2013 e 4526/2013, respectivamente.
Item VII “d” – Maria Beli Bressan de Oliveira – Proc. 3.243/88 - aposentadoria	Cumprido. Em cumprimento a jurisdicionada efetuou o levantamento dos valores indevidamente percebidos pela servidora em decorrência de averbação de 933 dias nas matrículas vinculadas na SE e na SGA, o que lhe proporcionara a elevação do padrão 18F para o 25F no vínculo com a SEDF, impropriedade objeto de determinação nos moldes fixados na Decisão nº 1965/2009 (fl. 289). As planilhas com os valores devidos (fls. 216/227) apontaram um total de 12.328,92 (sem



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO

Fls.: 326
Proc.:21.870/10

Rubrica

	atualização monetária). Entretanto, as conclusões da Comissão de Inquérito constituída foram pela inexistência de má fé por parte da servidora, razão pela qual a jurisdicionada aplicou a orientação contida na Decisão nº 6657/2006, dispensando a devolução ao erário, em observância ao prazo prescricional (fls. 212/215).
Item VII “e” – Zaira de Azevedo Ramos da Silva – Proc. 1.871/93 – aposentadoria.	Cumprido. A determinação objeto da Decisão nº 5138/2009, no sentido de promover o total cumprimento da decisão judicial proferida nos autos da Apelação Cível nº 2002.01.1.008972-6 - TJDFT foi atendida pelo órgão que efetuou o levantamento dos valores devidos pela servidora, perfazendo o total de R\$ 2.781,02 (fls. 230/234). O acerto teve início em junho/2013 e findou em novembro/2013, num desconto mensal de R\$ 463,50, conforme se verifica às fls. 228 e 290/291.
Item VII “f” – Ana Beatriz da Costa Rocha – Proc. 34.083/2007 – pensão (instituidora: Eneida Sarmiento Machado do Vale)	Cumprido. Em observância à determinação, a jurisdicionada procedeu à retificação do ato de pensão para ajustar o fundamento legal aos termos do artigo 7º da EC nº 41/03, c/c o parágrafo único do artigo 3º da EC nº 47/05, de acordo com o ato publicado no DODF de 13.05.2013 (fl.235). Encaminhados os autos para exame, o Tribunal, mediante a Decisão nº 4627/2013, deu por cumprida a alínea “f” da Decisão nº 3628/2011, bem como considerou legal, para fins de registro, a retificação do ato de pensão (fl. 292).
Item VII “g” – Maria do Socorro Galdino Rodrigues – Proc. 9.553/06 - aposentadoria	Cumprido. A jurisdicionada, em atendimento, elaborou nova planilha de apuração de GRC (atual GAPED) com a correção do total dos dias no exercício em cargos comissionados (3357 dias), bem como efetuou o ajuste do percentual incorporado, a título da referida gratificação (3,6%), devidamente consignado no abono provisório e nos proventos atuais (fls. 237/240 e 293).
Item VII “h” – Maria Aparecida	Cumprido. A determinação objeto do

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADOFls.: 327
Proc.:21.870/10

Rubrica

de Araújo – Proc. 26.639/06 aposentadoria	item III da Decisão nº 2712/2009 foi atendida pela jurisdicionada que corrigiu o percentual dos proventos da servidora de 85% para 80%, não sem antes cientificá-la da providência, em observância ao direito de defesa e do contraditório (241/244 e 294/297). Em 23.04.2013, a interessada solicitou cópia do processo de aposentadoria junto à SE, com vistas à interposição de recurso (fls. 243/244), contudo, após consulta no e-TCDF, não se logrou confirmar a formalização ou trâmite de pedido de reexame, seja vinculado ao Processo nº 26.639/06 seja ao de auditoria em análise.
Item VII “i” – Raimunda Silva da Piedade - Proc. 1813/10 aposentadoria	Cumprido. A jurisdicionada adotou providências no sentido de apurar o período exato em que a servidora trabalhou em unidade de ensino especial para fins de incorporação da Gratificação de Atividade de Ensino Especial – GAEE, confirmando-se o interregno de 01.07.88 a 23.07.08, o que garantiu à interessada o percentual de 10,8% daquela vantagem. Na oportunidade, verificou-se o cálculo da GAEE sobre a jornada de 40 horas semanais, o que não estava condizente com a carga horária na qual se encontram baseados os proventos da servidora (30 horas) e com a orientação fixada na Decisão nº 3.628/2011 (fls. 245/249 e 298).
Item VII “j” – Manoel Vicente Pereira – Proc. 22.764/08 - aposentadoria	Cumprido. Em atendimento, a jurisdicionada efetuou o levantamento no sentido de apurar o direito do servidor à incorporação da Gratificação de Atividade de Ensino Especial – GAEE e da Gratificação de Atividade em Zona Rural - GAZR, ambas pagas no percentual de 15%. Na oportunidade, verificou-se o pagamento indevido da GAZR, uma vez que inexistia registro do exercício do servidor em escola de zona rural. Quanto à GAEE, a falha detectada foi sobre o pagamento da parcela sobre a jornada de 40 horas semanais, o que não estava condizente com a carga



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO

Fls.: 328
Proc.:21.870/10

Rubrica

	horária na qual se encontram baseados os proventos do servidor (30 horas) e com a orientação fixada na Decisão nº 3.628/2011 (fls. 250/253 e 299).
Item VII “k” – Lindalva Alves da Silva Rosa – Proc. 2164/09 - aposentadoria	Cumprido. A jurisdicionada procedeu ao ajuste do ATS, fixando-o no percentual de 26% a partir de 04/2013, conforme visto às fls. 254 e 300.
Item VII “l” – Maria Aparecida Dias dos Santos Andrade – Proc. 1651/10 - aposentadoria	Cumprido. No atendimento à determinação, o órgão prestou as informações vistas às fls. 198/199 e juntou os documentos de fls. 258/261 referentes às providências adotadas no sentido de esclarecer e comprovar a base de cálculo da Gratificação por Atividade em Zona Rural – GAZR incorporada aos proventos da servidora. A jurisdicionada ressaltou que o valor da parcela consignado no abono provisório se encontra correto posto que a legislação aplicável à aposentadoria à época era a Lei nº 3319/04, razão pela qual não foi elaborado novo documento. Quanto ao valor da GAZR (15%), o ajuste da base de cálculo sobre o vencimento inicial do cargo de Professor de Educação Básica 20 h (proporcional) teve início a partir de 05/2013, tendo em conta a percepção de proventos sobre jornada de 30 horas semanais, observando os termos do item VII, alínea “s” da Decisão nº 3628/2011(fl. 257 e 301).
Item VII “m” – Maria Aparecida Ismenia de Souza – Proc. 13.819/10 - aposentadoria	Cumprido. No atendimento à determinação, o órgão prestou as informações vistas às fls. 199/200 e juntou os documentos de fls. 263/270 referentes às providências adotadas no sentido de esclarecer e comprovar a base de cálculo da Gratificação por Atividade em Zona Rural – GAZR incorporada aos proventos da servidora. A jurisdicionada ressaltou que o valor da parcela consignado no abono provisório se encontra correto posto que a legislação aplicável à aposentadoria à época era a Lei nº 3319/04, razão pela qual não foi elaborado novo documento. Quanto ao valor da GAZR

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADOFls.: 329
Proc.:21.870/10

Rubrica

	(15%), o ajuste da base de cálculo sobre o vencimento inicial do cargo de Professor de Educação Básica 20 h teve início a partir de 06/2013, tendo em conta a percepção de proventos sobre jornada de 30 horas semanais, observando os termos do item VII, alínea “s” da Decisão nº 3628/2011, não sem antes dar ciência à servidora com vistas a eventual defesa (fls. 262 e 302).
Item VII “o” – Thadeu Dantas Pimentel – Proc. 17374/09 - pensão	Cumprido. Em atendimento à determinação, a jurisdicionada elaborou nova planilha de GRC (atual GAPED), excluindo 1.306 dias em que a instituidora esteve no exercício de cargo em comissão, no que resultou no ajuste do percentual da gratificação para 31,18%, nos moldes constantes no demonstrativo de pagamento da instituidora e no título de pensão (2007), bem assim nos dados colhidos junto ao SIGRH (fls. 271/274 e 310).
Item VII “p” – José Veloso dos Santos – Proc. 23043/08 - aposentadoria	Cumprido. Em cumprimento, a jurisdicionada alterou, no SIGRH, o percentual dos proventos do servidor, fixando-os em 95%, conforme visto às fls. 275 e 303.
Item VII “r” – Elizaide Santos de Souza Ramos – Proc. 30.559/09 - aposentadoria	Cumprido. A jurisdicionada informou à fl. 201 que o processo de aposentadoria da servidora fora encaminhado à Gerência de Pagamento de Aposentados e Pensionistas – GPAP ante as evidências de que a interessada não fazia jus à Gratificação de Atividade de Regência de Classe – GARC. Em consulta ao sistema SIGRH, verificou-se o atendimento à medida determinada pelo Tribunal com a exclusão da GARC (atual GAPED) a partir do mês de maio/2013 (fl. 305).
Item VII “t” – Maria das Graças Alt Faria – Proc. 1117/99 - aposentadoria	Cumprido. Conforme determinado, o processo foi enviado ao Tribunal (fls. 281/283), cujo registro de entrada data de 30.04.2013 (e-TCDF). Com efeito, os autos foram analisados pelos setores competentes, havendo o Tribunal proferido a Decisão nº 6346/2013 pela qual foram conhecidos os atos tornados sem efeito e considerada regular a

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADOFls.: 330
Proc.:21.870/10

Rubrica

	primeira aposentadoria, nos moldes ali especificados.
Item VII “u”	Cumprido. No que diz respeito ao acompanhamento da ação direta de inconstitucionalidade do art. 15 da Lei nº 4075/2007, de nº 2010.00.2.010603-2, a jurisdicionada esclarece que consoante Acórdão nº 606149 (DJ de 06/08/12) a ação foi considerada, no mérito, improcedente (fls. 201, 284/285). Ocorre que contra tal acórdão foi protocolizado recurso extraordinário, ainda pendente de julgamento, o que requer a continuidade do acompanhamento da ADI.

9. Reporta-se, ainda, a Secretaria de Educação, aos itens VIII e IX da Decisão 3628/2011 (fls. 202 e 286/287), dando conta de que os setores responsáveis foram devidamente cientificados acerca das deliberações plenárias deles constantes.

Por fim, apresenta suas conclusões no sentido de que as informações objeto do Ofício nº 1150/13-GAB/SE (fl. 193), complementadas pelos despachos de fls. 194/202 e cópias de fls. 203/287, bem como pelos documentos de fls. 288/310, *“permitem ter por atendida a Decisão nº 3628/2011, reiterada pela Decisão nº 334/2013, salvo em relação às alíneas “a”, “n”, “q” e “s” do seu item VII. Em relação a estas, a ultimação das providências necessárias ao integral atendimento do quanto determinado pelo Tribunal pode ser verificada em futura fiscalização”*. Nessas condições, lança suas sugestões à fl. 317.

O Ministério Público, mediante o Parecer nº 210/14 – DA, alinha-se às considerações e conclusões da Unidade Técnica.

É o Relatório.



VOTO

O momento processual é de análise do cumprimento das determinações fixadas na Decisão nº 3.628/11, reiterada pela Decisão nº 334/13, lançadas em função dos achados da auditoria realizada na Secretaria de Educação, no período de 04.08 a 17.09.10.

Os trabalhos concentraram-se na análise dos pagamentos efetuados aos servidores inativos e pensionistas, na forma do item I da Decisão nº 77/07, nos reflexos da mudança de classe empreendida pelas Leis nºs 4.075/07, 3.318/04 e 2.942/02, bem como nas parcelas remuneratórias dos servidores ativos.

Após análise do material encaminhado pela jurisdicionada², a Unidade Técnica conclui que as informações apresentadas permitem ter por atendidas a deliberações lançadas nos autos, à exceção das alíneas “a”, “n”, “q” e “s” do item VII da Decisão nº 3.628/11. Em relação a estas, propõe que o efetivo atendimento das demandas deste Tribunal possa ser observado em futura fiscalização, manifestando-se, assim, pelo arquivamento dos autos.

O Ministério Público, por meio do Parecer nº 210/14 – DA, alinha-se às sugestões constantes da instrução.

Verifico que, no caso da alínea “a”, deu-se o falecimento do servidor, estando o processo de pensão em tramitação na Secretaria de Transparência e Controle.

No tocante à alínea “n”, a Secretaria de Educação informa estar aguardando informações da Terracap. Registra, ainda, a adoção de medidas para saneamento das questões atinentes às alíneas “q” e “s” (fl. 312).

Considerando que as determinações desta Corte foram, em sua maioria, atendidas, e que as questões pendentes já se encontram devidamente encaminhadas, entendo adequado o encaminhamento indicado pela Unidade Técnica, que contou com o reforço do Ministério Público. Assim, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

- I - tome conhecimento das medidas adotadas pela Secretaria de Estado de Educação do DF – SE/DF, informadas no Ofício nº 1.150/13-GAB/SE (fl. 193) e documentos de fls. 194/310;

² Ofício nº 1150/13-GAB/SE (fl. 193), complementadas pelos despachos de fls. 194/202 e cópias de fls. A 203/287, bem como pelos documentos de fls. 288/310.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO

Fls.: 332
Proc.:21.870/10

Rubrica

- II - tenha por cumprida a Decisão nº 3.628/11, reiterada pela Decisão nº 334/13, salvo quanto às alíneas “a”, “n”, “q” e “s” do item VII, cujo integral cumprimento será verificado em futura auditoria;
- III - autorize o arquivamento do feito.

Sala das Sessões, de abril de 2014.

ANILCÉIA MACHADO
Conselheira-Relatora